

Política de Direitos Humanos da Sonae SGPS, SA

1. Propósito

Os direitos humanos são garantias jurídicas para a efetiva realização da dignidade humana – inerentes a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição. Foram estabelecidos para limitarem comportamentos abusivos por parte dos Estados, a globalização e o exponencial impacto das operações de empresas multinacionais na comunidade global. Hoje, os direitos humanos são internacionalmente reconhecidos como salvaguardas mínimas de uma atividade corporativa responsável e sustentável. Devem por isso constituir uma preocupação das empresas, à luz dos Princípios Orientadores das Nações Unidas relativos às Empresas e aos Direitos Humanos, de 2011.

A Sonae SGPS, S.A. (doravante designada “Sonae” ou “Grupo”) procura ser um modelo de conduta positiva em todas as suas atividades de negócio, em homenagem às suas origens.

A Sonae orgulha-se de ter sido [a primeira empresa portuguesa](#) a subscrever o Pacto Global das Nações Unidas, a maior iniciativa mundial de sustentabilidade empresarial, em reflexo da matriz humanista que desde sempre caracterizou a sua cultura, e encontra-se empenhada em adotar os princípios internacionalmente reconhecidos relacionados com os aspetos ESG (*Environmental, Social and Governance*) da atividade empresarial, de uma forma responsável e transparente.

Neste pressuposto, enquanto *holding* de um grande Grupo Empresarial de cariz multinacional, a Sonae estabelece e adota a presente Política de Direitos Humanos (doravante, “Política”), na qual expressamente define que o respeito pelos direitos humanos constitui uma parte integrante do seu compromisso com a sustentabilidade e um princípio orientador e transversal ao desenvolvimento da sua atividade em qualquer setor ou geografia, incluindo assim a que é exercida através das sociedades por si dominadas, direta ou indiretamente (doravante “Subsidiárias”).

Tendo em conta a diversidade de indústrias e de países em que direta ou indiretamente opera, a Sonae identifica, no reconhecimento internacionalmente estabelecido dos direitos humanos – de carácter universal e indivisível – a estrutura jurídica necessária e adequada para garantir que o seu negócio é levado a cabo com pleno respeito pela dignidade humana. Esta é condição essencial de legitimidade do desenvolvimento de uma atividade empresarial e da permanente manutenção

de uma licença social para operar. Assim, reconhece também que a multiplicidade das áreas de negócio que desenvolve, implica uma melhoria contínua dos instrumentos que sustentam a aplicação da presente Política e posterior disseminação, customizada pelas diferentes indústrias. Em qualquer caso, esta Política deve ser holística e transversalmente considerada, na totalidade das operações do Grupo que encabeça.

2. Âmbito de Aplicação

O Grupo opera numa cultura empresarial em que a dignidade humana é primordial, e em que o respeito pelos direitos humanos constitui garantia mínima de conformidade das suas operações e da das Subsidiárias. Assim, a Sonae pretende dos(as) seus(suas) colaboradores(as), fornecedores(as), parceiros(as) e demais *stakeholders* relevantes o compromisso de pautarem as suas atividades pelos mesmos valores, não tolerando comportamentos que deles se desviem. Neste contexto, a Sonae empenhará esforços para consciencializar todos(as) esses(as) *stakeholders* para a essencialidade de que seja garantido o respeito pelos direitos humanos, tanto nas suas operações diretas e nas das suas Subsidiárias, como ao longo da sua cadeia de fornecimento, de forma alinhada com o [Código de Ética de Conduta](#) e com o [Código de Conduta para Fornecedores](#), em vigor.

Assim, a Sonae orienta as relações que atualmente estabelece ou que venha a estabelecer com os(as) seus(suas) colaboradores(as), clientes, acionistas, fornecedores(as) e parceiros(as) comerciais, bem como, com as comunidades junto das quais desenvolve os seus negócios e atividades, pelos princípios da presente Política. De igual modo, a presente Política aplica-se a todas as Subsidiárias e, enquanto acionista direta ou indireta, a Sonae desenvolverá os melhores esforços no sentido da sua aplicação, devendo os órgãos dirigentes das mesmas a ela aderir de forma expressa.

3. Enquadramento Regulatório

O compromisso da Sonae com o respeito e a promoção dos direitos humanos enquadra-se nas diretrizes e melhores práticas internacionais. Assim, a Sonae desenvolveu a presente política

considerando que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos correspondem àqueles que se encontram refletidos:

- I. Na Carta Internacional dos Direitos Humanos, isto é, a consideração conjunta da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966;
- II. Nas oito Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelecem os princípios e os direitos fundamentais dos trabalhadores, refletidas na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998;
- III. Nos Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas de 2000, principalmente aqueles que visam os direitos humanos e as práticas laborais;
- IV. Nas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais de 2011, que preveem um conjunto de recomendações e princípios estabelecidos pelos Governos membros da OCDE para uma conduta empresarial responsável, num contexto global;
- V. Nos Princípios Orientadores das Nações Unidas relativos às Empresas e aos Direitos Humanos de 2011, que estabeleceram internacionalmente a responsabilidade de todas as empresas, de qualquer envergadura ou setor, de respeitarem os direitos humanos;
- VI. Na iniciativa do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), de 2019, denominada *CEO Guide to Human Rights*, que a Sonae subscreveu e que sistematiza um conjunto de princípios e ações com o objetivo de garantir, de forma proativa, mudanças positivas na vida das pessoas e das comunidades;
- VII. No Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, comumente hoje denominado “Regulamento Taxonomia”, que tem como objetivo disponibilizar às empresas e investidores uma linguagem comum na identificação das atividades económicas que poderão ser consideradas sustentáveis. Na elaboração da presente Política, a Sonae teve em especial consideração o facto de o Regulamento Taxonomia determinar que a conformidade com as salvaguardas mínimas constitui um fator essencial para que qualquer atividade económica se possa considerar como sustentável, incluindo do ponto de vista ambiental; e
- VIII. Na interseção e correlação entre a proteção do meio-ambiente e o integral respeito dos direitos humanos, tal como consagradas através do reconhecimento, pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 8 de outubro de 2021, de que o direito a um

ambiente limpo, saudável e sustentável constitui um direito humano digno de respeito equivalente aos demais direitos desta natureza.

4. Posicionamento

Considerando o exposto, e atendendo ao facto de o compromisso da Sonae para com a promoção do respeito pelos direitos humanos integrar um processo contínuo, suscetível de atualizações – e sem prejuízo das mesmas –, a Sonae compromete-se a envidar os seus esforços no sentido de respeitar os direitos humanos nas suas operações e nas que sejam desenvolvidas pelas suas Subsidiárias. Igualmente, levará a cabo as iniciativas necessárias para consciencializar e assegurar o respeito de tais direitos, tanto ao longo da respetiva cadeia de fornecimento, como das cadeias de fornecimento das suas Subsidiárias.

Para além disso, a Sonae manifesta de forma expressa o seu posicionamento relativamente às seguintes situações específicas relativas aos direitos humanos, de acordo com os mais elevados standards internacionais:

I. Discriminação

A Sonae não tolera qualquer forma de discriminação, baseada seja em que circunstância for – religião, classe social, nacionalidade, doença, gravidez, incapacidade, género, idade, estado civil, responsabilidades familiares, etnia, casta, orientação sexual, associação sindical, afiliação política.

II. Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas

A Sonae considera que a promoção da igualdade de género constitui parte integrante da cultura de respeito pela dignidade humana, pelo que desenvolve as suas atividades respeitando os direitos humanos das mulheres e das raparigas.

Neste sentido, a Sonae compromete-se a não utilizar qualquer forma de discriminação no recrutamento, remuneração, acesso a formação, promoção, rescisão ou reforma, assegurando assim um tratamento igualitário e respeitador, e promovendo a igualdade de oportunidades.

III. Condições de Trabalho Dignas

A Sonae encontra-se empenhada em garantir condições de trabalho dignas aos(as) seus(suas) colaboradores(as) e em promover que os(as) seus(suas) fornecedores(as) assegurem essas mesmas condições aos respetivos colaboradores. Desta forma, a Sonae pauta-se, e pretende que os(as) seus(suas) fornecedores(as) se pautem, pelo respeito da remuneração, pelos Benefícios Sociais, pelas horas máximas de trabalho, pelos períodos de descanso definidos na legislação laboral e por proporcionar oportunidades de formação aos(as) seus(suas) colaboradores(as). Assim, procura criar um ambiente de trabalho que valoriza valores como o respeito mútuo, a cooperação e a lealdade.

Em qualquer circunstância, a Sonae não tolera: a utilização de qualquer tipo de trabalho escravo ou forçado; o recurso a tráfico de seres humanos; a adoção de práticas de coerção e/ou violência física, verbal ou psicológica; o assédio moral e/ou sexual; os castigos corporais ou qualquer outra forma, bem como qualquer outro tipo de tratamento degradante da dignidade do ser Humano.

Mais ainda, a Sonae visa proporcionar um ambiente de trabalho agradável e digno, promotor da saúde, do bem-estar e da segurança dos(as) seus(suas) colaboradores(as), encorajando os(as) seus(suas) fornecedores(as) a adotar também as melhores práticas na matéria.

IV. Greve, Associações Sindicais e Negociação Coletiva

A Sonae respeita o direito à greve, à liberdade de associação sindical e à negociação coletiva e, ainda, a promoção de um diálogo ativo e respeitador com quaisquer entidades que representem os(as) seus(suas) colaboradores(as).

V. Trabalho Infantil

A Sonae não tolera qualquer forma de trabalho e/ou exploração infantil.

VI. Ambiente Saudável e Sustentável

A Sonae reconhece o recentemente estabelecido direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável como parte integrante da presente Política. Neste sentido, procurará responder aos desafios das alterações climáticas e à escassez dos recursos



naturais, ciente dos impactos nocivos que a ausência de ação nesta matéria terá na materialização dos direitos humanos.

VII. Comunidades

Reconhecendo que a sustentabilidade do seu modelo de negócio está ligada à prosperidade das Comunidades em que opera, a Sonae encontra-se empenhada em promover o respeito pelos direitos humanos nessas Comunidades, em contribuir de forma positiva para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas junto das mesmas e em minimizar quaisquer eventuais impactos negativos das suas atividades apoiando nomeadamente instituições e iniciativas de empoderamento local.

5. Declaração Final

Ciente da desafiante diversidade de geografias e indústrias nas quais desenvolve a sua atividade, e como manifestação do seu empenho na proteção dos direitos humanos, a Sonae compromete-se a promover a consciencialização da importância dos mesmos junto dos(as) seus(suas) colaboradores(as) e principais *stakeholders*, reforçando por esta via o compromisso assumido com a sustentabilidade, nas suas diversas dimensões.